

FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS E DEMAIS LICENCIATURAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Dra. Regiane da Silva Barbosa ● 0000-0002-0305-902X
Dra. Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz ● 0000-0002-0724-7378
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Neste trabalho discutimos os desafios atuais encontrados para a formação de professores para atuar na diversidade, considerando o paradigma da inclusão e o público-alvo da Educação Especial. Como ocorre a formação inicial de professores para esta atuação na perspectiva inclusiva? O objetivo geral deste estudo é discutir a formação inicial para atuação na educação inclusiva a partir da perspectiva de graduandos em pedagogia e demais licenciaturas de uma universidade pública brasileira. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa, realizada por meio de questionários online, que teve como participantes 165 graduandos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas, matriculados em componentes curriculares da área de Educação Especial Inclusiva. Percebe-se que segundo a visão dos participantes, a oferta dos componentes curriculares atende as necessidades e contribui com a práxis profissional, porém é insuficiente no que concerne ao aspecto prático para acolher a diversidade encontrada no ambiente escolar. Os participantes demonstraram ter conhecimento que parte da dificuldade se deve a limitação da carga horária do curso elegível para componentes da área de Educação Especial. Devido as demandas expressas pelos graduandos junto ao Colegiado de seus cursos, algumas licenciaturas estão tornando o componente de Educação Especial obrigatório ao reverem seus planos de curso.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Inicial de Professores; Educação Inclusiva; Componentes Curriculares.

INITIAL TRAINING OF PEDAGOGISTS AND OTHER DEGREE COURSES FOR INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: In this text we discuss the current challenges encountered in training teachers to work in diversity, considering the paradigm of inclusion and the target audience of Special Education. How does the initial training of teachers take place for this role from an inclusive perspective? The objective of this study is to discuss initial training to work in inclusive education from the perspective of graduates in pedagogy and other degrees at a Brazilian public university. This is an exploratory, descriptive research with a qualitative approach, carried out using online questionnaires, with participants being 165 undergraduates from Pedagogy and undergraduate courses, enrolled in curricular components in the area of Inclusive Special Education. We realized that according to the participants' view, the provision of curricular components meets the needs and contributes to professional practice, but is insufficient in terms of the practical aspect to accommodate the diversity found in the school environment. Participants demonstrated that part of the difficulty is due to the limitation of course hours eligible for components in the area of Special Education. Due to the demands expressed by undergraduates for the coordination of their courses, some degrees are making the Special Education component mandatory when reviewing their course plans.

KEYWORDS: Initial teacher training; inclusive education; curriculum components.



1 INTRODUÇÃO

Um dos desafios atuais encontrados para a formação de professores é subsidiá-los para atuar na diversidade (Libâneo, 2013, Kassir, 2014, Silva, Campos e Gonçalves, 2024, Brasil, 2015), seja social, cultural ou étnica, como a educação do campo, quilombola, de refugiados ou dos povos originários, ou mesmo pela questão do trabalho com os estudantes Público-alvo da Educação Especial (PAEE) que são os que apresentam alguma deficiência, seja física, intelectual ou sensorial, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista (TEA) entre outras, conforme expresso no Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011).

A pesquisa de Silva, Guimarães e Bernardo (2024, p.1) observou que “os docentes precisam de planejamento para desenvolver práticas adequadas à educação inclusiva, com estímulo à interação e outras ações que promovam a aprendizagem dos alunos”. Assim, no campo da pedagogia deve-se considerar os aspectos teóricos, formativos e profissionais pautados pela perspectiva dos Direitos Humanos, com ênfase na igualdade, equidade e respeito.

Considerando o atual paradigma da inclusão, disseminado após muitas lutas das pessoas com deficiência e suas famílias, que passaram por um longo período de segregação no decorrer da história, conforme aponta Mendes (2006), houve a conquista da ampliação do acesso a vida escolar para esses estudantes. No período histórico marcado pela segregação havia prioritariamente a institucionalização dessas pessoas ao invés do convívio social. O período de integração foi marcado pela oferta de serviços de reabilitação e na educação a adoção das classes especiais.

Nessa época, era feita uma seleção dos alunos aptos à frequência escolar e a escola não fomentava o pensamento sobre mudanças na sua organização ou na prática pedagógica, como aponta Silva, Guimarães e Bernardo (2024). Na inclusão há investimento nos suportes necessários para o convívio social entre todas as pessoas e as instituições, como as escolas, empresas, órgãos públicos, entre outros, devem



refletir sobre as modificações necessárias para acolher esse público, no sentido de eliminação de barreiras.

Em relação aos paradigmas da segregação, integração e posteriormente da inclusão, não houve uma ruptura e sim uma sucessão de mudanças, no entanto muitas características do modelo anterior permanecem na nossa sociedade. Portanto, atualmente ainda são pautadas discussões acerca das possibilidades frente a garantia de permanência e aprendizagem para os estudantes PAEE em condições de equidade de acesso ao currículo com seus pares.

Desta forma, enfatiza-se a importância desses aspectos serem abordados na formação inicial do pedagogo e demais professores que vão atuar nas escolas urbanas e do campo, em diferentes níveis e modalidades de ensino, na gestão escolar e/ou no âmbito das políticas públicas desenvolvendo pesquisas ou nas secretarias de educação, por exemplo. A partir deste contexto revela-se imprescindível abordar como tema nesta pesquisa como ocorre a formação inicial de professores para atuação na perspectiva inclusiva na contemporaneidade.

Neste sentido, a Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, abrangendo os cursos de licenciaturas, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura; bem como, para a formação continuada, definindo os princípios, os fundamentos, a dinâmica formativa e os procedimentos das políticas, gestão, planejamentos e avaliação dos cursos, expressa que “a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação.” (Brasil, 2015). Tal Resolução considera enquanto princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino:

[...] a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão



de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros (Brasil, 2015).

Embora a resolução supracitada exponha a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em nível Superior e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e traga em seu texto a perspectiva dos Direitos Humanos enquanto direito fundamental, ao mencionar a igualdade de condições de acesso e permanência, a liberdade cultural, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização do profissional da educação e da experiência extraescolar, a gestão democrática com qualidade e a diversidade étnico-racial, cabe discutir a escassez de orientações nacionais acerca da formação para prática docente voltada a uma educação inclusiva.

O termo, educação inclusiva, só aparece uma vez na Resolução nº 02/2015, ao tratar a formação dos profissionais do magistério na “consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras (Brasil, 2015). Já a Educação Especial é mencionada seis vezes, ao ser abordada dentre as áreas de Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica no exercício de suas funções. Ao discorrer sobre a estrutura e o currículo necessário para a formação, no parágrafo 2º do art. 13, é apontada tanto a Educação Especial como o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que se constituem saberes diversificados da área, não podendo ser priorizado um em detrimento do outro nos planos de curso da Pedagogia e licenciaturas sob o risco de causar lacunas na formação inicial como barreira para superar o desafio de garantir a permanência de estudantes PAEE na escola com aprendizado significativo.

Em 2019, foi divulgada a Resolução nº 2, mas muitas entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores e ao campo educacional, se organizaram e optaram por não atualizar os Planos Curriculares de



Cursos de licenciatura reivindicando a retomada da Resolução nº 2 de 2015, opção da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na qual a presente pesquisa foi realizada. A Resolução nº 2 de 2015 foi retomada após a revogação da Resolução nº 2 de 2019, a qual foi alvo de muitas críticas oriundas de movimentos docentes, uma vez que tinha como proposta a Base Nacional Comum Curricular como única referência para elaboração dos cursos de licenciatura, privilegiando aspectos da formação prática em detrimento de conhecimentos teóricos e epistemológicos necessários à atuação docente.

Neste contexto, cabe a exposição dos conteúdos abordados nas ementas dos componentes curriculares adotados pela referida universidade, na qual estudam os graduandos participantes. Os temas serão apresentados de forma aglutinada porque há conteúdos que se repetem por se tratar de temas entendidos como basilares para a formação pela área: estudo crítico de questões conceituais (históricas, filosóficas, éticas, políticas, biopsicossociais, pedagógicas etc.) e caracterização do público-alvo da Educação Especial. Perspectiva inclusiva, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Acessibilidade e Tecnologia Assistiva (TA). Importância do contexto social para o desenvolvimento global dos estudantes. Atendimento educacional em todos os níveis e modalidades do ensino, envolvendo o papel dos professores, da família e da comunidade. Práticas inclusivas no mundo contemporâneo (Plano de Curso de Pedagogia, 2022).

Muito embora haja outras temáticas relevantes para a área, ao se elaborar uma ementa de curso torna-se inevitável tecer a relação de prioridade, considerando a perspectiva teórico-prática e a carga horária disponível, a partir de uma visão político-ideológica de sociedade da universidade. Por essa questão e afins, julga-se necessária a realização de pesquisa com esse teor, pois, ao percorrer sua trajetória ao longo da história a Educação Especial passou de um sistema paralelo de ensino (Mendes, 2006), que seria considerado hoje como excludente e capacitista, para um sistema que oferece suporte qualificado para o ensino comum, em uma perspectiva inclusiva. A partir dessa implementação, a Educação Especial precisou “rever seus



princípios, sua estrutura e a organização de serviços de atendimento, com o fito de se fortalecer enquanto atendimento de caráter complementar ou suplementar” (Prieto, 2012, p.162).

De acordo com o exposto, emerge a seguinte questão norteadora para este estudo, o componente de Educação Especial e Inclusiva ofertado atende as necessidades de formação inicial dos graduandos em Pedagogia e demais licenciaturas? Considerando que para além da oferta do ensino de Libras, normatizado pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), no contexto pesquisado há um componente curricular obrigatório de Educação Especial ofertado no curso de Pedagogia e outro que pode ser optativo ou obrigatório para demais licenciaturas, a depender do plano de curso.

Assim, esta pesquisa apresenta como objetivo geral: discutir a formação inicial de professores para atuação na educação inclusiva a partir da perspectiva de graduandos em pedagogia e demais licenciaturas da UFBA. A partir da perspectiva teórica de autores como Libâneo (2013); Kassar (2014); Mendes (2006); Prieto (2012); Pletsch (2016); Silva, Campos e Gonçalves (2024) e Silva, Guimarães e Bernardo (2024), entre outros, bem como a luz da legislação vigente.

Esta temática se mostra relevante de ser discutida na atualidade para que os órgãos decisores das matrizes curriculares dos cursos possam refletir sobre os impactos das lacunas na formação inicial de professores como barreira para superar o desafio de garantir o acesso, permanência e ensino com a devida qualidade aos estudantes PAEE em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio das estratégias educacionais e instrumentos de trabalho dos professores.

2 MÉTODO

Este texto apresenta um recorte da pesquisa intitulada “Componentes curriculares da área de Educação Especial e Inclusiva na formação inicial:



apropriações e repercussões”, submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisas sob parecer n. 5.883.646.

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa, realizada por meio de questionários *online*, que tem como participantes graduandos dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas da UFBA, matriculados em componentes curriculares da área de Educação Especial e Inclusiva. A pesquisa é exploratória por possibilitar conhecimento e compreensão de uma realidade, a formação inicial de professores da UFBA, a qual compõe o todo, o cenário nacional de professores na perspectiva inclusiva, mas apresenta características e especificidades que precisam ser conhecidas e consideradas; e é descritiva por descrever o fenômeno como este acontece, considerando a perspectiva dos graduandos, realizando-se uma análise das respostas ponderando a legislação vigente.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários *online* semiestruturados, organizados pela escala *likert* no *google forms*. Os questionários foram disponibilizados via e-mail e grupo de *whatsapp* aos participantes na semana final em que cursavam componentes curriculares da área de Educação Especial e Inclusiva, depois de terem visto todos os temas previstos na ementa curricular.

As perguntas foram organizadas de maneira a compreender a opinião de um grupo específico, no caso graduandos da UFBA, acerca da formação inicial para atuar com estudantes PAEE na educação básica.

Os questionários foram aplicados com graduandos de 4 semestres (primeiro e segundo semestre de 2022 e primeiro e segundo semestre de 2023), os quais classificaram a relevância dos temas desenvolvidos nas aulas do referido componente curricular para a própria formação, em uma escala de 1 a 5, em que 1 são temas considerados pouco relevante e 5 muito relevante.

Além de classificar os temas que foram desenvolvidos ao longo do semestre, os graduandos podiam justificar suas respostas. A identidade dos participantes será preservada, e eles serão mencionados neste texto pela letra P de participante,



seguida do número da resposta registrada no *google forms*. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de responder as questões.

Ao longo deste período foram obtidas 165 respostas, uma vez que a participação dos graduandos era voluntária.

A análise dos dados baseou-se em Bardin (2011), considerando as respostas obtidas, organizadas em categorias temáticas que emergem das perguntas que compõe o questionário. As categorias foram discutidas a partir das legislações e pesquisas que discorrem sobre formação inicial de professores na perspectiva da Educação Inclusiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação dos questionários com graduandos de Pedagogia e outras licenciaturas da UFBA que cursaram componente de Educação Especial e Inclusiva em 2022 e 2023 (quatro semestres) resultou em 165 respostas (55 no primeiro semestre de 2022, 34 no segundo semestre de 2022, 35 no primeiro semestre de 2023 e 39 no segundo semestre de 2023), as quais foram lidas e organizadas em categorias de análise decorrentes dos temas abordados nas perguntas.

Os participantes desta pesquisa são graduandos de Pedagogia e de outras licenciaturas da UFBA, cursando diferentes semestres, pois o componente de Educação Especial e Inclusiva ofertado pela referida universidade não é obrigatório para todos os cursos de licenciatura, logo pode ser cursado em qualquer momento do curso. No curso de Pedagogia há um componente obrigatório da área de Educação Especial além de outro de Língua Brasileira de Sinais (Libras), constituídos de modo que possam subsidiar o futuro pedagogo a refletir sobre sua práxis pedagógica e a aplicabilidade de instrumentos e estratégias de trabalho do Pedagogo, bem como conhecer as possibilidades de atuação em parceria colaborativa com o professor do AEE, profissionais da saúde e/ou serviço social, por exemplo.



Na perspectiva da Educação Inclusiva, a formação de professores emerge como tema central, pois “Para que aconteça a apropriação devida dos conteúdos escolares do público-alvo da Educação Especial, espera-se que o professor desenvolva práticas pedagógicas que consigam incluir todos os alunos. (Monico; Morgado; Orlando, 2018, p. 43).

E, dentre os aspectos correlacionados à formação de professores está o preparo destes profissionais para atuar na diversidade conforme defendem Libâneo (2013), Kassar (2014) e outros pesquisadores.

Ao discorrer sobre a formação de professores para atuar na diversidade é urgente que as políticas públicas vigentes considerem o cenário de atuação de professores, na perspectiva da Educação Inclusiva, para reorganizar e padronizar a formação em nível nacional, inserindo nas grades curriculares disciplinas que promovam práticas que garantam a educação como direito de todos, como discutem Kassar (2014), Pletsch (2016), Picolini; Flores (2024) e Silva, Campos e Gonçalves (2024).

O principal desafio da Educação Inclusiva, atualmente, está em garantir a permanência dos estudantes PAEE na escola, ou seja, garantir que avancem nos anos escolares aprendendo os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, organizados no currículo da educação básica. Logo, é preciso que os professores tenham conhecimentos teóricos e práticos acerca do paradigma da inclusão, para que possam pautar a prática docente considerando a diversidade em sala de aula e a educação como direito de todos.

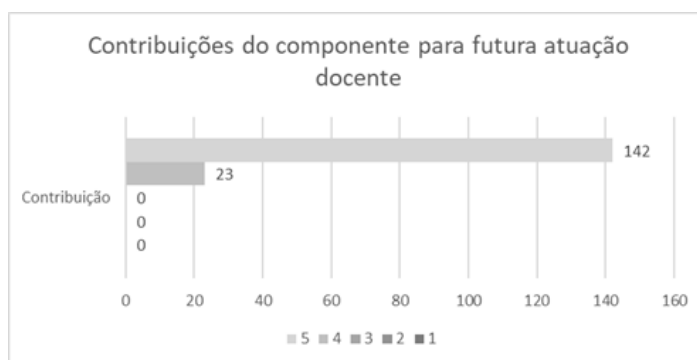
[...] é importante que sejam oportunizados ao professor, especialmente no momento da formação inicial, conhecimentos que o possibilite desenvolver uma base teórica acerca da educação inclusiva, bem como condições para a crítica e autocrítica, de modo a perceber atitudes preconceituosas nos outros ou em si mesmo. (Oliveira; Dias, 2022, p.4).

Nesta perspectiva, depois de cursarem o referido componente curricular da área de Educação Especial e Inclusiva pedimos aos participantes para avaliarem a



contribuição deste para futura atuação como professor, atribuindo uma nota de 1 a 5, em que 1 é pouco relevante e 5 muito relevante. As respostas estão organizadas no gráfico 1.

Gráfico 1 – Contribuições do componente para futura atuação docente



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir das respostas dos participantes compreendemos que o componente contribui com a formação inicial de professores para atuar na perspectiva da Educação Inclusiva, pois 23 deles o classificam como relevante (4) e 142 como muito relevante (5).

Além de atribuírem nota de 1 a 5, pedimos aos participantes que justificassem sua resposta, como destacamos a seguir:

Cursar essa disciplina foi de extrema importância para o meu crescimento enquanto pessoa e pedagoga em formação. Senti que tinha muitos assuntos que eu não fazia ideia e que agora me sinto pronta para pesquisar e estudar mais. Sem a disciplina eu não saberia desses assuntos, nem o que fazer em sala de aula (p. 13).

Enquanto futuro professor, agora sei como agir, na perspectiva da inclusão, conjuntamente com outros profissionais, com o AEE, entendendo suas especificidades, para atendimento ao PAEE e aos estudantes vinculados, utilizando as tecnologias assistivas, o DUA, o PEI/PDI, e demais processos que são de minha responsabilidade profissional e de todos que defendem garantias de direitos para uma Educação Inclusiva, diversa, mais justa e com mais acesso e acessibilidade/mobilidade (p. 47).



Me sinto mais preparado para sala de aula por saber as especificidades de cada deficiência e como contorná-las para garantir uma melhor aprendizagem para o público-alvo e principalmente a inclusão desses no ensino (p. 114).

Discutir a educação como direito de todos e a prática docente na diversidade é necessário, conforme defendem Monico; Morgado; Orlando (2018, p. 42):

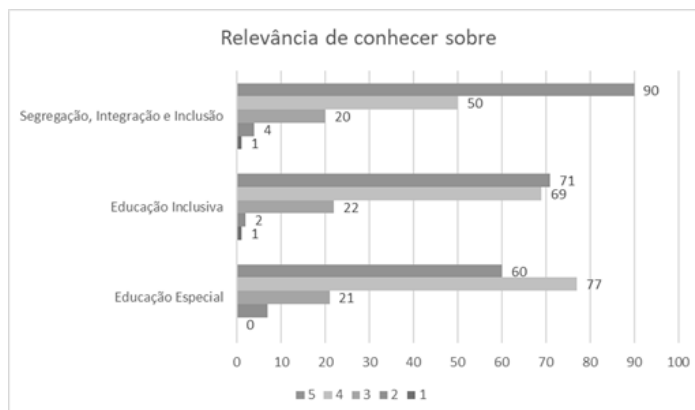
[...] a formação inicial para professores deve oferecer ao futuro professor uma base sólida de conhecimentos que lhe possibilite reelaborar continuamente os saberes iniciais, a partir do confronto com as experiências vividas no cotidiano escolar. Ou seja, conceber a etapa de formação inicial como a base para a aprendizagem contínua do professor.

Considerando que são muitos os temas da área que podem compor as ementas curriculares de cursos de formação inicial de professores, e que a ausência de prerrogativas legais especificando como deve acontecer a formação dos professores para atuar na educação inclusiva contribui para que mesmo após anos de o Brasil se tornar signatário da Educação Inclusiva ainda temos professores que não se sentem preparados para atuar com estudantes PAEE, organizamos perguntas do questionário com temas que consideramos essenciais para a prática docente com estudantes PAEE, os quais consistem nas categorias analisadas neste texto: conhecimento sobre conceitos da área, conhecimento sobre deficiência, suporte a educação inclusiva e práticas em sala de aula.

Na categoria conhecimento sobre conceitos da área estão incluídos os termos Educação Especial, Educação Inclusiva e Segregação, Integração e Inclusão, os quais são fundamentais para entender o paradigma da educação inclusiva e as fases que antecedem o momento em que vivemos. Assim, solicitamos aos participantes que avaliassem o conhecimento destes conceitos, atribuindo uma nota de 1 a 5, em que 1 é pouco relevante e 5 muito relevante. As respostas estão organizadas no gráfico 2.



Gráfico 2 – Relevância de conhecer temas da área



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A maioria dos participantes considera relevante (4) ou muito relevante (5) saber o que é cada um dos conceitos elencados, os quais são a base da organização da educação hoje, o que contribui para que a prática seja organizada na perspectiva inclusiva e não nas fases anteriores.

Ao justificar as respostas sobre as contribuições do componente para a futura atuação como professores, os participantes disseram:

Pensar em uma educação democrática, justa e que garanta os direitos de todos os indivíduos envolve estudar e se apropriar desses conceitos estudados (p. 21).

O conhecimento evita práticas excludentes e estigmas que podem ser reproduzidos em sala de aula, o conhecimento e entendimento sobre a diversidade e as suas especificidades auxiliam os docentes para sua prática pedagógica (p. 158).

Aprender sobre educação especial e inclusão, não só é importante, como necessário em qualquer formação, já que, a diversidade é um tema transversal e em qualquer profissão ou área escolhida para estudar, precisamos nos relacionar com o outro, com ou sem deficiência, com amor, respeito, empatia, espírito de colaboração e acima de tudo, conhecimento dos direitos e deveres de cada um (p. 66).



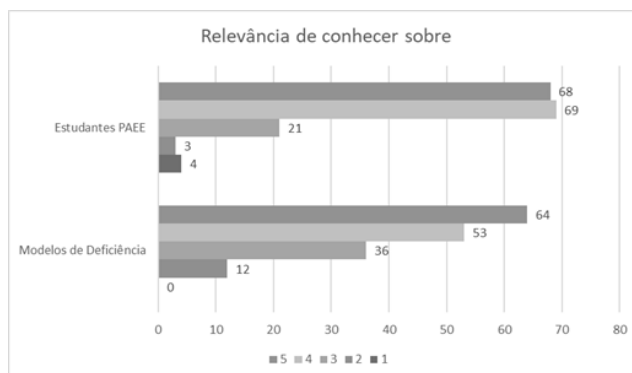
Ao discorrer sobre os conhecimentos que devem compor as ementas curriculares na formação inicial de professores pesquisadores como Libâneo (2013), Kassar (2014), Picolino; Flores (2024) discutem a relevância de não dissociarmos os aspectos teóricos e práticos, ambos necessários para uma formação docente de qualidade, que considere a diversidade das escolas.

Na categoria conhecimento sobre deficiência questionamos os participantes sobre os diferentes modelos de deficiência que tivemos ao longo do tempo, desde o momento em que a pessoa com deficiência era vista como inferior, tendo algo a menos que as outras pessoas, denominadas de deficientes, o que justificava sua exclusão, até o atual modelo biopsicossocial, mostrando que o diagnóstico não é o único fator determinante sobre uma pessoa, pois cada pessoa é única, tem história de vida, características, necessidades e especificidades decorrentes do espaço em que estão/vivem, dos estímulos que tiveram ou não.

Além de saber quem são os estudantes considerados público alvo da Educação Especial (PAEE), isto é, quem tem respaldo legal para receber o AEE, não somente para ser matriculado na escola (acesso), é fundamental compreender que eles precisam aprender e avançar nas etapas escolares (permanência e aprendizagem), logo tal conhecimento influencia na prática dos professores, que entendem a diferença entre dificuldade, transtorno de aprendizagem e deficiência; e conheçam o direito dos estudantes PAEE e com quem podem contar para planejar e executar prática em sala de aula. As respostas obtidas mostram que a maioria dos participantes consideram estes conhecimentos como relevante (4) ou muito relevante (5) conforme gráfico 3.



Gráfico 3 – Relevância de conhecer sobre deficiência



Fonte: elaborado pelas autoras.

E, dentre as justificativas para esta resposta, destacamos:

Como aluna bolsista do PIBID, devo dizer que foi graças a esta disciplina e o que aprendi nela que pude lidar com situações práticas do dia a dia relacionadas a alunos com deficiências de diversos tipos e inclusão para que todos os colegas não somente entendessem, respeitassem, se apoiassem, como também entendessem que o "ser diferente" é algo pertencente a todos nós, assim como os direitos (p. 4).

Entender sobre os transtornos globais do desenvolvimento, autismo, altas habilidades/superdotação; desmitificar a ideia de que todo surdo é mudo me fez ver que essas pessoas como capazes, nós é que não os compreendemos (p. 19).

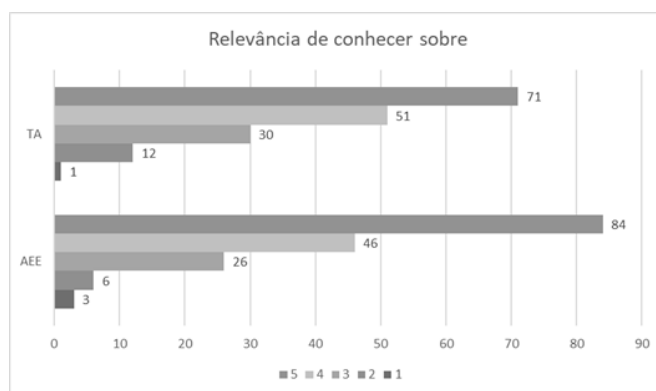
Ao desenvolver com os graduandos conhecimentos sobre quem são os estudantes PAEE e os diferentes modelos de deficiência que temos é possível mostrar possibilidades sobre o processo de aprendizagem e sobre como lidar com essas pessoas em sala de aula, trazendo para a formação embasamento teórico e metodológico que possibilite a atuação do professor junto a todos os estudantes da turma, incluindo também aqueles que são alunos PAEE (Picolino; Flores, 2024), e esta é a relevância de refletirmos sobre os conteúdos que devem compor as ementas curriculares de Pedagogia e demais licenciaturas.



É comum o discurso de despreparo e falta de apoio para ensinar estudantes PAEE, por isso é importante que na formação inicial, além da legislação vigente, os professores conheçam como se organiza o suporte da Educação Especial por meio do AEE, das Tecnologias Assistivas (TA) e outros recursos que podem ser usados em sala de aula, temas que compõem a categoria Suportes à Educação Inclusiva;

Quando questionados sobre conhecer os temas AEE e TA, a maioria dos participantes considerou relevante (4) ou muito relevante (5) conforme gráfico 4.

Gráfico 4 – Relevância de conhecer suportes à educação inclusiva



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Salientamos que ambos são temas pouco discutidos e conhecidos pelas pessoas de maneira geral, logo ter essa compreensão ainda na formação inicial é determinante para preparar futuros docentes, como fica claro nas respostas:

Os conhecimentos acerca do AEE são fundamentais para o pleno exercício democrático da inclusão escolar, por isso todos os profissionais da educação devem estar preparados para este desafio, trabalhar em parceria com este serviço (p. 18).

Aprender tanto sobre as deficiências e tecnologias assistivas foi essencial para que eu tenha um olhar mais amplo acerca desses indivíduos, tendo em vista a inclusão e bem-estar deles como qualquer outro (p. 69).

Para concretizar a Educação Inclusiva na educação básica diversos desafios são apontados, como falta de estrutura das escolas, alto número de estudantes por



turma, desvalorização da profissão e a formação de professores para atuar neste contexto. Ao discorrer sobre o tema Picolini; Flores (2024, p. 120) mencionam o desafio de elaborar currículo que proporcione aos graduandos conhecimentos para atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social. E, destacam “ainda são escassas as disciplinas obrigatórias que abordem esta temática nos cursos de formação inicial”, por isso reiteremos a necessidade de refletir acerca dos componentes oferecidos nos cursos de formação inicial e sobre os temas que compõe as ementas de tais componentes..

Por fim, na categoria prática em sala de aula, incluímos os temas adaptação/flexibilização curricular e Plano de Ensino Individualizado (PEI), os quais têm sido apontados como essenciais para garantir aprendizagem, pois se a escola não se adequa aos estudantes e suas especificidades, ela não é inclusiva.

Ao discorrer sobre a prática em sala de aula Heredero (2010, p. 198) pontua a adaptação curricular como uma possibilidade para garantir o direito de todos a Educação:

Chamaremos adaptações curriculares as que pretendem, mediante a aplicação do princípio de inclusão de todos, oferecer a esses alunos a máxima oportunidade de formação possível no contexto de sua escola, assim como dar uma resposta, através do princípio de atenção à diversidade, às necessidades que manifestam em seu processo educativo.

Sendo assim, discutir as possibilidades de adequar a prática docente conforme as necessidades e especificidades dos estudantes da turma é um tema necessário na formação inicial, pois contribui com a permanência dos estudantes PAEE na educação básica, ou seja, com o aprendizado, sem o qual os estudantes não avançam nos anos escolares, e não alcançam sucesso escolar.

Destacamos que para ensinar no contexto da diversidade, os professores devem ampliar os saberes que já possuem e registrar o percurso de aprendizagem dos estudantes PAEE na escola, como previsto na Lei nº. 13.146, de 6 de julho de



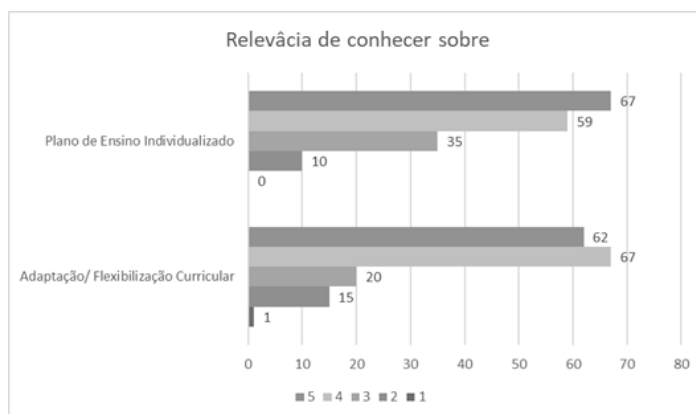
2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Brasil, 2015) e discutido por pesquisadores da área, como Mendes; Vilaronga; Zerbato (2014).

Ao discutirem sobre a prática docente na perspectiva da Educação Inclusiva em prol do desenvolvimento e aprendizagem de estudantes PAEE Mendes; Vilaronga; Zerbato (2014) apresentam o conceito de Plano de Ensino Individualizado (PEI), usado em diversos países e recentemente implementado no Brasil, o qual pode ser compreendido como um registro ou orientação para o ensino, atendendo as necessidades individuais dos estudantes PAEE, principalmente aos que se encontram em significativa defasagem curricular em relação à sua turma.

O PEI deve ser elaborado com a participação efetiva de diversos agentes, como: o professor do AEE, do ensino comum, coordenação pedagógica, familiares, especialistas externos que acompanham o estudante, e o próprio estudante. E avaliado e revisto periodicamente, acompanhando o desenvolvimento escolar do estudante PAEE (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2014).

Ao questionarmos os participantes sobre conhecer acerca dos referidos temas, eles responderam que os consideram relevante (4) ou muito relevante (5), como demonstra gráfico 5.

Gráfico 5 – Relevância de conhecer sobre práticas na educação inclusiva



Fonte: elaborado pelas autoras.

Dentre as justificativas das respostas, destacamos:



Entender que a educação é um direito de todos e que por mais que tenhamos a precariedade do ambiente físico a nossa prática pedagógica pode diminuir essas barreiras sociais e ser uma possibilidade para o público-alvo da educação especial foi importante para minha formação (p. 13).

A questão de como avaliar também foi muito importante, para enfatizar que todos podem aprender, mas em ritmos e modos diferentes, as vezes é necessário fazer apenas algumas adaptações para que isso aconteça, lembrando que não é possível esperar que pessoas diferentes, façam a mesma avaliação e obtenham os mesmos resultados (p. 29).

Apesar das limitações decorrentes da variedade de temas a serem trabalhados na formação de professores, consideramos que alguns temas impactam diretamente na prática docente, por isso precisamos repensar a formação inicial, pois como argumentam Monico; Morgado; Orlando (2018, p.46) [...] “é quase inexistente o número de disciplinas que tratam da temática educação especial e/ou inclusão escolar nas licenciaturas pesquisadas. Sua invisibilidade só não é completa por conta da presença, na sua maioria, da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)”.

Para atuar na diversidade o professor precisa ter conhecimento acerca de diferentes temas que não se esgotam em um componente ofertado, “pois esse profissional necessita dominar os conteúdos e a didática de todas as disciplinas propostas no currículo dos anos iniciais do ensino fundamental” (Oliveira; Dias, 2022, p.3). Concordamos com Silva, Guimarães e São Bernardo (2024, p. 6) que

[...] para eliminar a exclusão, é necessário implementar amplas mudanças nas práticas pedagógicas, quais sejam: adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa, adaptação ou (re)construção de currículos, o uso de novas técnicas e recursos específicos para estudantes com necessidades educacionais especiais, novas formas de avaliação e o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade educacional.

Sabemos que para efetivar as determinações que constam na legislação vigente, de deter conhecimentos acerca da Educação Especial e Inclusiva que contribuam com a prática docente, é preciso investir em formação, articulando



[...] teoria e prática, vivenciando a inclusão e discutindo o contexto real da escola, refletindo situações vivenciadas e trocando experiências, de modo a contribuir para a formação de um profissional capaz de refletir sobre a realidade e sobre a própria prática, capaz de trabalhar na diversidade e fazer a diferença, com sensibilidade, para identificar no seu aluno o que ele precisa, e então criar mecanismos que favoreçam sua aprendizagem. (Oliveira; Dias, 2022, p.17).

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa depreendemos que a oferta de um único componente curricular da área de Educação Especial e Inclusiva na formação inicial de professores não é suficiente, pois muitos temas não são contemplados, entretanto podem contribuir para a futura atuação docente, apresentando ideias, informações e possibilidade de trabalho com estudantes PAEE.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos a formação inicial de professores para atuação na educação inclusiva a partir da perspectiva de graduandos em pedagogia e demais licenciaturas da UFBA, depreendemos que a oferta dos componentes curriculares da área de Educação Especial e Inclusiva atendeu as expectativas e revelou significativo potencial de contribuir com a prática docente, porém deixou a desejar no que concerne ao aspecto prático, uma vez que os participantes pontuam que gostariam de ter tido contato com estudantes PAEE e com a inclusão escolar para potencializar a segurança em ministrar aulas na Educação Básica de modo a considerar a diversidade de estudantes encontrada no ambiente escolar. Este apontamento de necessidade de contato com práticas de inclusão escolar, ainda na formação inicial, é relevante e merece destaque nas discussões sobre formação docente, pois se queremos preparar os professores para atuar na diversidade é preciso oportunizar essa vivência.

Dentre os conceitos trabalhados destaca-se o número de participantes que pontuam como muito relevante saber o que é segregação, integração e inclusão,



conceitos essenciais para compreender a organização do sistema educacional ao longo dos anos e o atual paradigma vigente. Conceitos que precisam pautar a prática docente na perspectiva inclusiva.

Além disso, os participantes pontuam que saber quem são estudantes PAEE é muito relevante, pois identificando quem são estes estudantes é possível buscar apoio do AEE e adequar a prática em sala de aula, de modo a atender as necessidades e especificidades de aprendizagens, realizando adaptações curriculares e registrando tais práticas no Plano de Ensino Individualizado, de modo que se tenha um registro da trajetória escolar destes estudantes, como garante a legislação vigente.

Os participantes demonstraram insatisfação com a limitação da carga horária do curso, elegível para componentes da área de Educação Especial e mencionaram a necessidade de ampliação desta carga horária destinada a essa área do saber e o desejo de aprimoramento das atividades práticas, como a realização de adaptação curricular ou elaboração do PEI voltados a esse público, pois, expressaram ciência que os estudantes PAEE estarão em suas turmas em breve. Contudo questiona-se se o aumento de carga horária de um componente curricular seria suficiente para contemplar variados temas e atuação, ou se o melhor seria que a perspectiva inclusiva permeasse todos os componentes curriculares dos cursos de formação de professores, de modo que a educação como direito de todos fosse considerada tanto nos componentes teóricos quanto práticos, o que requereria uma nova formação dos formadores de professores e também uma nova grade curricular nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas.

Dentre os achados da pesquisa destaca-se a relevância de pensar a formação inicial de professores na perspectiva inclusiva sem desvincular aspectos teóricos e práticos, ou seja, é importante que os futuros professores conheçam conceitos da área e legislação vigente, porém, os conhecimentos práticos, sobre possibilidades para ensinar, adaptar a prática docente para atender as especificidades de aprendizagem do estudante e de toda turma, como registrar tais adaptações e o trabalho pedagógico realizado com estudantes PAEE, também são relevantes, coincidindo com achados



na formação de professores de modo geral, que afirmam a relevância em articular teoria e prática.

Outrossim, devido as demandas expressas pelos graduandos participantes junto ao Colegiado de seus cursos, algumas licenciaturas estão tornando o componente de Educação Especial na perspectiva inclusiva obrigatório (além do componente de Língua brasileira de sinais - Libras) na oportunidade de reverem seus planos de curso. Compreendemos que os dados se referem a realidade da formação inicial de pedagogos e demais licenciaturas da UFBA, por isso sugerimos a ampliação do debate em outras realidades do país por meio da realização e publicação de pesquisas percorrendo sobre o tema, de modo a contribuirmos com a atualização da legislação vigente acerca da formação de professores e consequentemente com a garantia da educação como direito de todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (Obra original publicada em 1977), Ed.). Lisboa: Trad: L. de A. Rego & A. Pinheiro, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 05 mar. de 2024.

BRASIL, **Lei nº. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 mar. de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº02/2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conselho Nacional de Educação. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2015>. Acesso em: 05 mar. 2024.



HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

KASSAR, M. C. M. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224. <http://www.cedes.unicamp.br>, 2014. Acesso em: 28. abr. 2024.

LIBÂNEO, J. C. Licenciatura em Pedagogia: a ausência dos conteúdos específicos do ensino fundamental. In: GATTI, Bernadete Angelina et al. (Org.). **Por uma Política Nacional de Formação de Professores**. São Paulo: UNESP, 2013. p. 73-94.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 p. 387-559; set./dez. 2006.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

MONICO, P.A.; MORGADO, L.A.S.; ORLANDO, R. M. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 41-48. DOI: 10.1590/2175-3539/2018/040. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/3TmT9Hj5qVdV6y8Vvv89rcb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

OLIVEIRA, S. G. S.; DIAS, V. B. Formação de pedagogos para o contexto inclusivo: um estudo de revisão. **Revista Educação Especial**. v. 35. Santa Maria. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 28. abr. 2024.

PICOLINI, B.R.A.; FLORES, M.M.L. A Formação de professores para atuação com os alunos Público-alvo da educação especial. **Revista Sapiência**: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 v.13, n. 1, p. 119-137, janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueq.br/index.php/sapiencia/article/view/14628/1025>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PRIETO, R. G. Direito à Educação e Política de Educação Especial. In: Rossetto, E.; Real, D. C. **Diferentes modos de narrar os sujeitos da Educação especial**. 1ª ed., Cascavel. Ed. EDUNIOESTE, 2012.



PLETSCH, M. D. Dimensões da formação de professores no contexto de políticas de inclusão escolar à luz da perspectiva histórico-cultural. *In*: S. L. Victor, & I. M. de Oliveira (Orgs.), **Educação Especial: políticas e formação de professores** (pp. 213-222), Marília: ABPEE. 2016.

SILVA, L. C. D.; GUIMARÃES, V. C.; BERNARDO, M. A. Possibilidades e limites didático-pedagógicos para uma educação inclusiva no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano – Campus Ceres. **PARADIGMA**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e2024001, 2024. Disponível em: <http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/1200>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SILVA, P. M. S. P.; CAMPOS, S. A. R.; GONÇALVES, M. B. R. P. O processo de ensino-aprendizagem relacionado à realidade da educação inclusiva. **PARADIGMA**, [S. l.], v. 45, n. 1, 2024. Disponível em: <http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/1349>. Acesso em: 28 abr. 2024.

Recebido em: 18-05-2024

Aceito em: 06-01-2025

